



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA (UNILAB)
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO (PROGRAD)
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS (IHL)
BACHARELADO EM HUMANIDADES (BHU)**

JOÃO WESLEY CORDEIRO DOS SANTOS

**HISTÓRIA E MEMÓRIA:
A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO PIONEIRISMO ABOLICIONISTA DE
REDENÇÃO-CE NA HISTÓRIA DO BRASIL NO FINAL DO SÉCULO XIX
(1883 – 1888)**

**REDENÇÃO-CEARÁ
DEZEMBRO/2017**

JOÃO WESLEY CORDEIRO DOS SANTOS

HISTÓRIA E MEMÓRIA:

**A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO PIONEIRISMO ABOLICIONISTA DE
REDENÇÃO-CE NA HISTÓRIA DO BRASIL NO FINAL DO SÉCULO XIX**

(1883 – 1888)

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidades (BHU), vinculado ao Instituto de Humanidades e Letras (IHL), da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito final para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Silvana Fernandes Mariz.

**REDENÇÃO-CEARÁ
DEZEMBRO/2017**

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO -----	4
2. DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA -----	6
3. JUSTIFICATIVA -----	7
4. PROBLEMATIZAÇÃO / CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA --	10
5. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA -----	18
6. REFLEXÕES METODOLÓGICAS / ASPECTOS TEÓRICO- METODOLÓGICOS -----	23
7. MÉTODOS / DESENHO DOS INSTRUMENTAIS DE PESQUISA-----	24
8. LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO E OUTRAS FONTES-----	25
9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E OUTRAS FONTES -----	27

1. APRESENTAÇÃO

Ao ingressar na UNILAB, no ano de 2016 e de mudança para a cidade na qual ela estava instalada, já tinha a ciência do reconhecimento que o município carregava consigo. Mas nunca imaginei que tal matéria poderia me interessar tanto ao ponto de ser pauta de alguns dos meus trabalhos na academia, inclusive do meu trabalho de conclusão de curso do Bacharelado em Humanidades.

A trajetória inicial desta pesquisa se dá no momento em que, numa conversa informal com um colega de turma, natural de Redenção no Ceará, me deparo com uma informação que me causa estranheza: sou informado de que fora retirada de seu local inicial uma árvore na qual eram comercializadas pessoas a serem utilizadas como escravizadas no período escravagista no Ceará, sendo ela carregada, em si mesma, de um simbolismo muito grande em relação ao que foi aquele período e no que hoje o município é reconhecido.

Poderíamos nos perguntar se tal árvore era mesmo significativa para a memória da cidade e se realmente contava um pouco de sua história; contudo, apesar de não ser possível precisar a importância da árvore para o município, deixo aqui um dos meus questionamentos: se tal árvore não tivesse nenhum significado para a história e a memória da cidade, porque partes suas foram colocadas em exposição no museu municipal?

Assim pude perceber certo descaso com o patrimônio histórico material e imaterial narrado, tendo em vista que hoje o município não apresenta uma vasta produção literária de como procedeu a abolição das populações escravizadas na região, quais foram seus desdobramentos e seus contextos políticos, sociais e econômicos.

A partir de então, percebi que, em pouco mais de um ano morando em Redenção, observei que os monumentos, estátuas e até os próprios museus (Público e Particular) espalhados na cidade, não contavam de forma clara e pedagógica todo o processo que o município participou, todos os atores que se envolveram nesse processo e como contribuíram para tal.

A razão pela qual essa pesquisa se faz interessante é notar quão importante se faz o fato do pioneirismo abolicionista de Redenção, tanto para a sociedade redencionista, quanto para a sociedade cearense, tendo em vista que respectivamente

para uma se constitui a sua formação identitária, e para a outra é o pontapé inicial para o reconhecimento de primeira província a libertar seus escravizados.

Como mencionado anteriormente, a partir da realização de outros trabalhos elaborados no decorrer do meu início de graduação, foram extremamente importantes para que, hoje, eu me interessasse profundamente por esmiuçar a historiografia de Redenção. Trabalhos realizados na disciplina de Oficina de Metodologia 1, referente as políticas públicas que remetiam a preservação da memória histórica do município, fizeram com que eu buscasse ainda mais conhecer o que pra mim ainda é desconhecido.

Com a oportunidade de trabalhar juntamente com o professor Edson Holanda, vi uma possibilidade de entender de forma mais específica todo o processo em questão, podendo assim abrir melhor meus horizontes para esse material que tanto me encanta. Foi, sob sua regência na disciplina de Tópicos em História do Ceará, que tive a possibilidade de me aprofundar ainda mais no objeto de pesquisa deste projeto, tendo em vista que os textos trabalhados em sala serviram de apoio bibliográfico para o enriquecimento desse projeto de pesquisa, considerando os temas e textos abordados em aula como a escravidão e a presença do negro no Ceará.

Portanto, o objetivo do presente projeto se faz por compreender como o processo histórico abolicionista de Redenção, no Ceará, foi construído pelos historiadores cearenses como um fato pioneiro dentro da história do Brasil, contribuindo para a formação da identidade do município e tentando buscar um entendimento mais delineado dos desdobramentos que ocorreram nos variados âmbitos da sociedade em questão.

Para isso, será analisado como se deu o processo de abolição no Ceará com base em memórias documentais e materiais/artefatos de moradores da época da escravidão, fazendo uma análise de documentos e artigos que possam auxiliar no processo de construção dos passos da pesquisa, visando à compreensão do contexto local da época; assim como, identificar registros históricos referentes ao processo da abolição da escravatura no Ceará e em Redenção, através do Instituto do Ceará e por meio dos periódicos de sua revista, em especial aquela referente ao centenário da abolição no Ceará. Também pretende-se examinar os discursos dos historiadores cearenses contidos em livros e artigos científicos que estudaram a identidade social local, abordando os processos de escravatura e abolição no Ceará, considerando que identidade social de Redenção possa estar intimamente ligada com o seu processo abolicionista.

Por fim, interessa também a este projeto de pesquisa comparar os discursos de historiadores cearenses com aqueles congêneres produzidos por historiadores que não reconhecem a importância do município de Redenção como portador do título de primeira cidade a abolir a escravidão, para assim podermos perceber como são travados estes debates e avançar na compreensão dos diversos contextos, no Brasil que experimentaram tanto a escravidão como a abolição.

2. DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA.

O presente projeto de pesquisa tem por objeto de estudo a análise do processo de construção e de deflagração da abolição da escravatura em Redenção, no Ceará, no período compreendido entre os anos de 1883 e 1888, através da análise das obras de historiadores que se dedicaram mais sistematicamente a refletir sobre esse fenômeno.

Afirmar isto implica em dizer que interessa a este projeto a compreensão de como esse processo foi construído discursivamente pelos historiadores cearenses, em diferentes momentos históricos, como um fato histórico e pioneiro na história do Brasil, a ponto de constituí-lo como um marco identitário em sua formação política, social e histórica.

A análise desses discursos, produzidos por intelectuais alinhados à ideia de que a História se constitui como principal recurso de compreensão e problematização das sociedades humanas, contempla diferentes momentos situados ao longo do século 20.

Desse modo, pretende-se a reflexão crítica da produção intelectual de dois principais historiadores que se dedicaram à análise tanto da escravidão quanto da abolição no Ceará, a saber: Raimundo Girão, autor de “A Abolição no Ceará”, obra publicada em 1984 – ano de comemoração do centenário da abolição no Ceará; e, Eurípedes Antônio Funes, autor do artigo “Negros no Ceará”, publicado na coletânea “A Nova História do Ceará”, obra organizada por Simone de Souza e lançada em 2007.

A fim de tornar o diálogo e o debate, entre ambas as obras, mais complexos, também será trazida ao diálogo a obra do pesquisador afro americano Thsombe Miles que, em 2011, publicou no Ceará sua tese de doutorado intitulada: “A luta contra a escravatura e o racismo no Ceará”.

Portanto, é, sobretudo, a partir dessas três obras que se pretende desenvolver a pesquisa acerca do processo de construção das narrativas e dos discursos sobre o pioneirismo de Redenção e do Ceará no que diz respeito ao processo abolicionista.

A pesquisa também se efetivará a partir da identificação, coleta, organização e análise das memórias documentais, registros e artigos que refletiram sobre a abolição da escravatura no Ceará, vislumbrando examinar como toda essa documentação se referia à abolição.

Sendo assim, o que se objetiva realizar com a presente pesquisa é confrontar as narrativas e os discursos presentes na documentação sobre a abolição com as narrativas e os discursos produzidos pelos historiadores cearenses; e, a partir de então, explorar os discursos e as narrativas de outros historiadores brasileiros, sobretudo aqueles ligados ao eixo Rio de Janeiro – São Paulo, para analisar e problematizar suas concepções e posicionamentos sobre esse evento local e como ele foi repercutido nacionalmente através dessas outras vozes cuja abrangência se dava bem mais amplamente.

Por fim, interessa a este projeto analisar em que medida esses discursos e essas narrativas que atribuem um papel histórico ímpar ao município de Redenção, o de pioneiro no processo nacional abolicionista, foram apropriados e explorados politicamente no Ceará, mas, sobretudo, em Redenção.

3. JUSTIFICATIVA

A relevância da presente pesquisa se faz da necessidade que se tem de preservar as memórias e o patrimônio histórico local, além de questionar a construção desse processo para dessa forma apresentar a importância de se conhecer e de se problematizar o passado, apontando suas relações e seus desdobramentos com o tempo presente.

No caso específico de Redenção, localidade no Brasil a ter sido a primeira a abolir a escravidão, é possível encontrar, sem muita dificuldade, uma série de evidências que faz passado e presente dialogarem entre si a partir das memórias da abolição. São nomes de ruas e monumentos que fazem referência e reverência a esse momento, que dadas as circunstâncias nacionais e internacionais, foi alçado à condição de “fato histórico”.

Contudo, ao se fazer um levantamento do estado da arte dessa temática, praticamente quase nada é encontrado, seja em termos de produção acadêmica de jovens pesquisadores, a exemplo de monografias, dissertações e teses; seja em termos de estudos realizados por pesquisadores estabelecidos no campo historiográfico. O que é facilmente encontrado são diversos exemplos de investigação conduzidos sobre o

processo escravagista e abolicionista no Ceará, de modo geral; porém, especificamente sobre esses acontecimentos em Redenção, ou ainda que seja sobre seus desdobramentos no que diz respeito à produção de memórias ou de outros fatos políticos e sociais a partir da abolição pioneira local quase nada é encontrado.

Mesmo se consideramos a produção acadêmica pós-chegada da UNILAB em Redenção¹, pouco será encontrado sobre esse acontecimento. Em pesquisa junto ao Instituto de Humanidades e Letras (IHL), desta universidade, fizemos um levantamento do quantitativo de monografias e de projetos de pesquisa cuja temática versasse, de algum modo, ainda que de modo adjacente, sobre essa temática. Contudo, para o período considerado para essa investigação, de 2010 até o momento, apenas 05 monografias e nenhum projeto de pesquisa tinham por objeto de pesquisa a preservação patrimonial e destes, apenas 02 enfocavam a abolição em Redenção².

Por outro lado, se observamos e conversamos, ainda que informalmente com populares, seja nas ruas, nas escolas, nas praças ou nas calçadas, o que qualquer pesquisador irá se deparar de modo geral, é com a completa falta de informação a respeito desse episódio³; ou seja, apesar de haver monumentos e outras evidências que presentificam esse passado no cotidiano da cidade; na prática, o que há é uma completa falta de informação decorrente da falta de políticas públicas, seja no campo do patrimônio, especificamente, seja no campo da educação, de modo geral.

Desse modo, consideramos de significativa importância a realização de uma investigação que contemple a análise, não apenas do processo de abolição em si ocorrido em Redenção, mas, principalmente, do processo de construção da abolição em Redenção como um fato histórico e político.

Por outro lado, entendemos que uma pesquisa cujo enfoque seja a análise da abolição em Redenção e de seus desdobramentos no campo da historiografia e da política local pode contribuir positivamente para a problematização de argumentos, para

¹ A princípio, suspeitávamos que, pelo fato de Redenção passar a sediar uma universidade cuja missão e projeto pedagógico preveem a integração entre teoria e prática, de um lado; e, de outro, a conciliação das atividades de docência, de pesquisa e de extensão, “naturalmente” haveria uma maior preocupação, ou um maior interesse, em se estudar ou revisar localmente não apenas a abolição da escravidão em Redenção, mas a própria construção histórica e política da cidade de Redenção como sendo o polo do pioneirismo abolicionista no Brasil. Nunca é demais lembrar que a própria instalação da UNILAB em Redenção é explicada pelo senso comum de que teria sido em decorrência deste município ter sido o primeiro, no país, a abolir a escravidão.

² **Os museus enquanto marcos da abolição:** história e memória usadas como instrumentos pedagógicos. (Souza, Antônia Ellen Jardani de. 2014), **Museu Histórico e memorial da Liberdade** (Oliveira, Maria Vânia Leite de. 2014)

³ O único grupo com quem conversamos informalmente e que apresentou ter alguma informação sobre a abolição em Redenção foram os professores das escolas públicas de educação básica deste município.

a obtenção de mais informações e, sobretudo, para enriquecer os debates acadêmicos, principalmente aqueles oriundos do eixo “Rio de Janeiro – São Paulo – Minas Gerais” que, apesar de afirmarem a necessidade de ampliar os estudos sobre a escravidão atlântica nas Américas e no Brasil, são os mesmos que produzem, nacionalmente, o silenciamento de outras experiências fora do citado circuito.

A título de exemplificação, citamos o caso da recente publicação “Caminhos da Liberdade: histórias da abolição e do pós-abolição no Brasil”. Publicada pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF), e tendo sido organizada pelos pesquisadores Martha Abreu e Matheus Serva Pereira, em 2011, a obra, na verdade, é uma coletânea de 30 artigos, dos quais, temos o seguinte perfil geral: 02 artigos de abertura somados a mais 15 artigos produzidos por pesquisadores oriundos da própria UFF (fato que consideramos “normal”, afinal trata-se de uma publicação de um programa de pós-graduação da própria UFF); 03 artigos da UFRJ; 02 da UFRRJ; 02 da UERJ; 02 da UNIRIO; 02 da PUC – RJ; e, apenas 01 da Federal do Amazonas (UFA) e mais 01 da Federal da Bahia (UFBA).

Dividido em cinco eixos temáticos⁴, chamados de “capítulos”, o livro que reúne, como já dito, um total de 30 artigos, sendo que, destes, nenhum enfoca as experiências da escravidão, do abolicionismo ou do pós-abolicionismo no Ceará e menos ainda em Redenção. O Ceará, apesar de *en passant*, é mencionado em apenas dois textos: no segundo artigo da abertura, “Domingo, Dia 13: o underground abolicionista, a tecnologia de ponta e a conquista da liberdade”, de autoria do pesquisador Eduardo Silva (Fundação Casa de Rui Barbosa); e no artigo “Intelectuais, Escravidão e Liberdade em São João Del Rei no Final do Século XIX”, assinado por Denilson de Cássio Silva (UF de São João Del Rei/UFF).

Por outro lado, além da possível relevância acadêmica por nós apontada anteriormente, destacamos também a importância de uma investigação como esta no sentido de que através dela, acreditamos ser possível contribuir para o fortalecimento do conhecimento histórico, em especial da História Local, e conseqüentemente para o debate de temas atuais, como aquele que versa sobre o papel da História para a formação das identidades sociais e das identidades culturais; contribuindo assim, para a construção de uma cultura baseada no diálogo, na tolerância e no respeito às diferenças.

⁴ Capítulo 01, “O Fim do Tráfico e a Experiência Escrava” (06 artigos); capítulo 02, “Projetos de Liberdade” (06 artigos); capítulo 03, “Projetos Abolicionistas” (05 artigos); capítulo 04, “Pós-Abolição: a liberdade em jogo” (05 artigos) e capítulo 05, “Festas da Liberdade e Memórias da Escravidão” (06 capítulos).

Sendo assim, pensamos ser importante esta pesquisa pelo seu potencial de vir a ser um instrumento de divulgação sobre a necessidade de se ter uma melhor e maior compreensão sobre o processo de abolição experimentado em Redenção, no Ceará, a partir do estudo sobre os diálogos construídos entre os pensadores locais da época, visando à compreensão de como esses diálogos constituíram a identidade social da cidade.

Também avaliamos que um projeto de pesquisa que se propõe a investigar o processo abolicionista em Redenção, partindo da própria cidade de Redenção, pode contribuir para a ampliação da coleta de registros históricos, seja em âmbito governamental ou particular, seja em revistas ou jornais, que se reportem para a segunda metade do século XIX; e, que através deste acervo local, com certeza existente, mas, ainda desconhecido por falta de pesquisa histórica, nos auxilie a entender melhor como foram elaborados os discursos, organizadas as práticas e construídos os atores, políticos-históricos, locais a partir da abolição.

Por fim, entendemos que a presente pesquisa pode vir a contribuir, a partir da investigação sobre a historiografia local, como foi sendo construída, ao longo da história e no campo acadêmico, a identidade coletiva atribuída ao município de Redenção como sendo o pioneiro no processo abolicionista, e assim, fazer com que esse entendimento saia estritamente do campo acadêmico e seja apropriado pela comunidade local em geral, gerando um sentimento de pertencimento a essa identidade, ao mesmo tempo em que colaborando para a preservação dos espaços públicos históricos e para o cuidado com o bem-estar social. Sendo mais objetivos, acreditamos que este projeto de pesquisa comporta uma relevância pedagógica, para a educação histórica da população local, ao buscarmos contribuir com a disseminação da história e das memórias do município.

4. PROBLEMATIZAÇÃO / CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

A escravidão se constitui numa prática social que tem como cerne a propriedade sobre um indivíduo ou um povo, impondo-se, através da força, suas práticas de dominação e, assim, retirando-se do sujeito a sua liberdade religiosa, linguística, de expressão, dentre tantas outras liberdades, sejam elas civis e/ou políticas. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) identifica o trabalho escravo como: *“trabalho forçado ou obrigatório compreenderá todo trabalho ou serviço exigido de*

uma pessoa sob a ameaça de sanção e para o qual não se tenha oferecido espontaneamente”, na sua convenção nº 29/1930.

De acordo com Pacheco, a escravidão foi praticada por diversos povos na história da humanidade e de diversas maneiras diferentes. A aquisição de escravizados se dava através das guerras, cujas batalhas entre as civilizações produziam presos de guerra que eram, posteriormente, reduzidos à escravidão; bem como indivíduos endividados e até mesmo indivíduos capturados para alimentar o comércio de escravizados (PACHECO, 2008).

A partir do século XV com as expedições marítimas europeias e a conquista do continente americano, instalou-se um comércio de ganhos exorbitantes de seres humanos provenientes da África para a América, tendo em vista que a exploração do elemento escravizado passa a ser legitimada por uma compreensão religiosa e moral do mundo, baseada na crença da suposta superioridade racial e cultural da Europa.

O processo de escravização no Brasil, conforme Sobrinho (2011), é iniciado com a chegada dos portugueses na costa atlântica da América, sendo os nativos a se tornarem as primeiras populações reduzidas à escravidão, sobretudo após a instalação das primeiras *plantations* de cana-de-açúcar como base do sistema socioeconômico colonial. É a partir da fixação das *plantations* como principais unidades produtivas e geradoras de lucros para a metrópole portuguesa que haverá a inclusão de trabalhadores africanos, também escravizados, para trabalharem nas monoculturas canavieiras, havendo assim a convivência via escravidão de diferentes etnias indígenas e africanas.

De acordo com Monteiro (2012), a implantação do sistema escravista no Brasil iniciou-se no começo do século XVI, com uma estrutura social e econômica colonialista, tendo os ameríndios nativos como primeira força de trabalho. Todavia, dois fatores mudaram a visão dos colonizadores em relação à escravização do elemento nativo: os lucros exorbitantes obtidos através do tráfico negreiro e a “proteção” dos jesuítas a fim de catequizá-los. Dessa forma, os colonizadores europeus passaram a recorrer ao comércio de africanos a fim de manter, em sua máxima capacidade produtiva, a economia monocultora da colônia. Assim, cerca de três milhões de africanos foram trazidos para a colônia portuguesa para trabalharem na condição de força de trabalho escravizada. Ademais, outra atividade como a compra e a venda de escravizados, realizada em espaços públicos, como em mercados e praças, foi responsável pela geração de riquezas nos limites internos da própria colônia.

Em consequência do trabalho pesado, das péssimas condições de alimentação e da má instalação nos espaços que lhes eram reservados e denominados de “senzalas”, as populações africanas, no Brasil, instaladas e reduzidas à condição de escravizados, ofereciam resistência ao trabalho e revoltas. Devido às resistências e às doenças apresentadas no corpo que os impediam de trabalhar, eram-lhes aplicados castigos, como por exemplo, os açoites no tronco e a marcação por ferro, que por vezes eram realizados em público para que servissem de exemplo aos demais escravizados (MONTEIRO, 2012).

Todas essas condições, anteriormente sumariadas, se constituíram nas razões concretas e efetivas para que todas essas populações escravizadas buscassem formas cada vez mais radicais de resistência que assegurassem, senão sua plena libertação da condição jurídica de “escravo”, pelo menos a atenuação dos castigos e abusos físicos, bem como a redução da jornada extenuante de trabalho. Cada vez mais variadas, as táticas e as estratégias de resistências variavam desde os simples atos de sabotagem no processo produtivo da cana-de-açúcar até a formação de quilombos, dentre os quais o mais conhecido e celebrizado Palmares, e a organização de levantes como foi o caso da Revolta dos Malês, ocorrida na primeira metade do século XIX na Bahia (REIS, 2003).

Este processo de autorreconhecimento e de conscientização das péssimas condições de trabalho decorrentes da sujeição ao regime de escravidão se fortaleceu ainda mais a partir da chegada e da divulgação dos ideais abolicionistas.

Surgido no contexto do movimento iluminista europeu, a ideologia denominada de “abolicionismo” se desenvolve ao longo do século XVIII, se constituindo num verdadeiro movimento político cujo objetivo premente era a defesa e a promoção da abolição da escravatura e o fim do comércio de escravizados nas colônias europeias no ultramar. Tornando-se influente em grande parte do ocidente, o abolicionismo enquanto pensamento social funcionou como grande agregador de intelectuais de diferentes origens, sociais, nacionais, religiosas, dentre outras; chegando a constituir em torno de seus ideais uma forte representatividade de ativismo político do século XIX, chegando até mesmo à atualidade. Considerado, assim, uma das principais causas do processo de abolição da escravatura em várias sociedades, os ideais abolicionistas estiveram presentes em diferentes processos históricos de libertação nacional, como foi o caso da guerra civil nos Estados Unidos, a chamada Guerra da Secessão, dentre outros importantes movimentos políticos (BIBLIOTECA NACIONAL, 1988).

No Brasil, o abolicionismo⁵, enquanto pensamento inspirado a partir do movimento iluminista europeu, esteve presente entre diferentes personalidades políticas do país. Desde a independência política do Brasil, inúmeros políticos, como foi o caso de Antônio Rodrigues Veloso de Oliveira, de Antonio Barreto do Amaral e de José Bonifácio de Andrada e Silva, passaram a defender abertamente a necessidade de abolir a escravidão como meio de avançar com o processo de modernização econômica do país, por um lado; e, por outro, de se iniciar o processo de branqueamento da população brasileira (JUNIOR, 2008).

Contudo, somente a partir da segunda metade do século XIX é que o abolicionismo se converte, de fato, em popular artigo de fé, funcionando como uma espécie de catalisador e de agregador de diferentes intelectuais que, uma vez irmanados em torno do ideal de luta em prol da abolição da escravidão no país, deram início à criação de uma série de sociedades, chamadas de abolicionistas ou de redentoras, espalhadas por todo o país; e muitas das vezes, municiadas de meios impressos próprios para a disseminação de seus ideais e princípios políticos; para a divulgação de denúncias contra proprietários considerados “incorrigíveis” pela convicção em manter suas escravarias particulares e o próprio sistema escravista como um todo; e, finalmente, para se projetarem como expoentes políticos locais (SILVA, 2011).

As pressões desses grupos abolicionistas se intensificaram a partir de 1880 e é justamente após esse período que uma rede legal verdadeiramente abolicionista entra em vigor de modo lento e gradual, a fim de dissipar qualquer indício de uma possível e temida mudança tida por “radical” e “revolucionária” pelas elites nacionais. Sendo assim, temos a aprovação e a vigência das três leis consideradas fundamentais para se compreender o processo abolicionista no Brasil⁶: a primeira, em 1871, popularizada como sendo a Lei do Ventre Livre, que além de assegurar a liberdade aos filhos recém-nascidos de escravizadas também regulamentou o direito de os escravizados a manterem dinheiro/pecúlio guardado em contas de poupança em bancos públicos do Império; em

⁵ O debate sobre a abolição da escravidão no Brasil foi inaugurado primeiramente por intelectuais ligados à Igreja Católica que tinha pleno interesse em manter o monopólio das populações indígenas. Desse modo, a primeira reivindicação formal e conhecida remonta ao ano de 1611 quando foi solicitada à Coroa Portuguesa a abolição da escravidão indígena nas colônias portuguesas na América. Tal pedido, negado, só foi atendido, em arremedo, em 1759 com Marquês de Pombal, que por interesses políticos e econômicos diversos não apenas “aboluiu” a escravidão indígena, bem como aprovou a expulsão dos jesuítas do Brasil (OLIVEIRA e FREIRE, 2006).

⁶ Além dessas três leis, outras, como a Lei Feijó de 1831 e a Lei Eusébio de Queirós de 1850, já haviam sido aprovadas com vistas a senão abolir a escravidão, ao menos interromper o tráfico negreiro cujo desdobramento maior, teoricamente, seria a extinção da escravidão internamente por falta de alimentação do circuito comercial internacional.

1881, a lei dos Sexagenários que assegurava a liberdade para os escravizados com idade acima de 60 anos; e, finalmente, a lei Áurea assinada em 13 de maio 1888 e que extinguiu legalmente a escravidão no Brasil (COSTA, 2008).

A província do Ceará entra no cenário abolicionista quando em março de 1850, o deputado cearense Pedro Pereira da Silva Guimarães propõe o projeto no parlamento do império aos deputados no Rio de Janeiro, para que todos os nascidos de escravizados fossem legalmente considerados livres. No entanto, o projeto não chega a ser discutido na câmara, pois a grande maioria dos deputados rejeita a proposta. Este ainda seria lido em outras duas oportunidades (agosto/1850 e maio/1852), mas novamente foi rejeitado pelos deputados integrantes da casa (OLIVEIRA, 1984).

Para o mesmo autor, alguns fatores favoreceram a ideia abolicionista no Ceará, como a exemplo da seca do triênio de 1877 – 1879, das “febres malignas e varíola” (OLIVEIRA, 1984; p. 50), da grande exportação de escravizados para a região Sul do país durante a década de 1870, além da separação da capitania do Ceará de Pernambuco em 1799 justificando-se pelo crescimento populacional e econômico apresentado pela a capitania, tendo em vista a autonomia administrativa ocasionada por este último, em meados do século XIX iniciava-se a trajetória do Ceará na busca pela extinção do trabalho escravo.

Desse modo, considerando que a escravidão e a abolição se constituíram em importantes acontecimentos de valor histórico para o Brasil, como um todo, e para o Ceará em particular, é possível, então, buscar seu significado na época e a memória constituída a partir desse processo.

Contudo, parte desse reconhecimento só passou a acontecer muito recentemente, com a instalação da sede principal da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) no município, cuja iniciativa se tornou uma homenagem à primeira localidade a ter abolido a escravidão.

Isso reforça a importância do processo de pioneirismo da abolição em Redenção, no Ceará, que traz na história e na memória do município tudo o que a historiografia, sobretudo a nacional, não se preocupou em construir.

Dessa forma, Martins (2014), assevera a importância dos fatos ocorridos na história,

“É por esse motivo que a história, digo, as versões da história e a memória que delas se alimentam, são tão

importantes para criação de sentidos e identidades sociais. Criar uma história sobre algo ou alguém, fazer uma memória sobre um acontecimento ou uma pessoa, é nesse mesmo sentido, uma operação de poder haja vista que perpetua e enaltece, divulga e não deixa morrer, incita e politiza uma dada questão, uma dada pessoa, um dado processo social, uma história, em suma... voltamos ao início... se porventura toda essa linha ininterrupta da história fosse quebrada, de supetão, que elementos poderíamos julgar válidos para reconstruir os laços com o passado, definidores daquilo que somos?” (MARTINS, 2014; p.7).

Assim, podemos pensar que o processo histórico ocorrido no município de Redenção, no Ceará, constitui a sua “identidade social”, e tanto a construção quanto a preservação da sua identidade no que se refere ao pioneirismo histórico da abolição da escravatura, vem a ser uma tentativa de garantir a manutenção da história da cidade, que um dia serviu de exemplo para o restante do país.

Tendo em vista que a motivação para a realização da pesquisa foi a de compreender como se construiu a identidade que, até hoje, o município carrega consigo, para norteá-la foram levantados os seguintes questionamentos: se a cidade de Redenção, no Ceará, recebeu o “título” de cidade pioneira a abolir a escravidão, como se deu a construção desse “título” nacionalmente? Quais embasamentos teóricos tomaram posse para poder qualificar o município de tal forma? De que forma contribuíram para a formação da consciência histórica/social desse processo? Como foi contado e recontado ao longo do tempo depois da abolição de fato?

No âmbito de nossa pesquisa futura, trataremos apenas dos desdobramentos dos processos abolicionistas no Ceará, de modo geral, e em Redenção, de modo específico, enfatizando como se deu o processo de construção histórica de sua importância, sobretudo em relação à constituição da identidade local que vem se dando mais recentemente à custa das memórias da abolição.

Podemos perceber que a prática escravista limita o indivíduo em vários aspectos da vida social, economia e política. Nesse sentido, os indivíduos escravizados se encontram em situação de desigualdade social e especificamente no caso do negro no Brasil, no estado de desigualdade étnicorracial. A escravidão negra no Brasil como um todo nos deixa um legado negativo em relação ao valor do ser humano, uma problemática que se perpetua até os dias atuais (FERNANDES, 2008; HASENBALG, 2005).

A criação de grupos abolicionistas no Brasil e no Ceará se configura em um primeiro passo para devolver a homens, mulheres e crianças escravizadas a sua liberdade. Assim, podemos pensar em toda a história das populações escravizadas no Brasil, e assim como os abolicionistas, devolver verdadeiramente aos descendentes desses homens e mulheres os seus direitos civis, a exemplo do direito à liberdade religiosa, linguística e cultural. Por outro lado, também acreditamos que nunca é demais enfatizar a necessidade de se escrever uma história que situe as populações escravizadas em sua condição de construtores de nossas sociedades no Brasil, compondo inclusive nossas identidades coletivas enquanto povo brasileiro (RIBEIRO, 1995).

Assim, o que impulsionou a realização desse trabalho, além da importância do tema em si, foi como se deu o processo abolicionista, no início da década de 1880, pelo município de Redenção/Ceará e pela notoriedade de alguns atores sociais serem os precursores nesse processo de libertação de seus escravizados. Nesse sentido, o município de Redenção/CE se destaca pelo reconhecimento nacional que lhe foi atribuído.

Nesse contexto, através da análise dos discursos dos historiadores cearenses e demais artigos científicos, documentos e memórias materiais encontradas em nossa pesquisa bibliográfica, o objetivo desse projeto é o de compreender os fatos narrados na história da abolição de Redenção-Ceará e como ela foi construída ao longo do tempo juntamente com a sua identidade social do lugar, na busca de expor como se estruturou esse processo histórico.

A importância da pesquisa se dá pelo próprio contexto do século XXI, em que as discussões sobre racismo e preconceito são cada vez mais demandas importantes no sentido de desconstruirmos as redes discriminatórias que invisibilizam o protagonismo das populações afrodescendentes. Sendo assim, afirmar a identidade de Redenção vinculada à abolição da escravidão significa afirmar a liberdade dos povos negros em solo cearense, bem como o seu valor e o de suas culturas, trazendo à tona a grande influência que os povos africanos tiveram e ainda tem em território brasileiro em vários setores da sociedade.

O projeto tem uma extrema importância no contexto social que temos, hoje, ao tentar buscar entender a identidade de Redenção como libertadora e pioneira. Fazer isto é acima de tudo uma ação pedagógica para seus moradores ao lembrar-lhes sobre as memórias da abolição, pois rememorar a abolição não deve implicar a negação da presença negra neste município; mas, antes deve significar a necessidade de lembrar que

não devem ser tolerados atos de submissão nem de violência contra as populações negras e afrodescendentes.

Nesses momentos em que temos nos deparado com tantos atos de violência e de intolerância em relação aos nossos irmãos, estudantes africanos, que se encontram morando em Redenção, pensamos que é de fundamental importância pedagógica fazer entender juntamente aos moradores desta cidade buscando força para lutar pela história coletiva e compreender uma cultura que sempre foi nossa. O projeto me fez perceber o quanto é importante mostrar para as pessoas, de modo geral, e aquelas residentes em Redenção, em particular, as suas origens e não deixar que isso se perca ao longo do tempo.

Para isso, se faz necessário entender como a sociedade redencionista e a cearense como um todo, compreende como a identidade social da sua cidade foi formada, através do conhecimento de sua história enquanto lugar coletivo, para, assim, poder conhecer, compreender e preservá-la em seus aspectos materiais e imateriais; buscando uma identificação da comunidade com a história coletiva do município de Redenção, com a finalidade de proteger e preservar sua memória.

O estudo dos fatos históricos se faz importante na busca de entender o nosso presente, pois, a partir desses estudos, podemos buscar compreender de que maneira as sociedades se comportam, como se relacionam e como buscam seus acordos. Entender e ter uma concepção de mundo a partir do passado é de suma importância para a compreensão do presente e de nós mesmos, para que a partir disso possamos criar um futuro mais igualitário e justo.

Desse modo, acreditamos, a comunidade acadêmica também se fará favorecida com esse projeto, pois a produção acadêmica busca como finalidade a proximidade com a realidade histórica do município para melhor analisá-la e posteriormente, produzir discussões, para assim fomentar transformações sociais, a exemplo da inclusão de debates juntamente com a comunidade para retratar os danos que escravidão deixou em nossa sociedade, possibilitando um pensamento crítico a respeito de temas como o racismo, o preconceito, a desigualdade racial, dentre outras temáticas que se relacionam diretamente com a escravidão, pois decorrentes desta.

Logo, quanto mais produção acadêmica sobre os processos abolicionistas e os discursos que os construíram, mais poderemos iniciar um processo de mudança que começa com a comunidade acadêmica e se expande para a sociedade a partir do debate e da discussão que poderão vir a ser cada vez suscitadas. Sendo assim, pensamos ser

imprescindível partirmos das revistas do Instituto do Ceará, e de demais registros históricos da época, que, por sua vez, também serão utilizados para a fundamentação teórica da pesquisa, pois, conforme GIL (2010),

“A pesquisa bibliográfica fundamenta-se em material elaborado por autores o propósito específico de ser lido por públicos específicos. Já a pesquisa documental vale-se de toda sorte de documentos, elaborados com finalidades diversas, tais como assentamento, autorização, comunicação e etc. Mas há fontes que ora são consideradas bibliográficas, ora documentais. Por exemplo, relatos de pesquisas, relatórios e boletins e jornais de empresas, atos jurídicos, compilações estatísticas etc.” (GIL, 2010; p. 30 - 31).

Por fim, acreditamos que a pesquisa acadêmica se apresenta de forma especial para o pesquisador, quando ela se preocupa em auxiliar na construção de recursos que possibilitem a compreensão da história do município em questão. Sendo assim, defendemos que, com esta pesquisa, poderemos contemplar dois pilares apontados como fundamentais hoje para uma pesquisa que não se enquadre como sendo “encastelada” ou “ensimesmada”, que são: a possibilidade de estreitamento de diálogo entre os saberes acadêmicos e a comunidade externa, por um lado; e, por outro, a construção de recursos pedagógicos que dialoguem com as demandas locais.

Considerando a missão da UNILAB:

“Um dos propósitos da Unilab é formar pessoas aptas para contribuir para a integração do Brasil com os países da África, em especial com os membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP, com o desenvolvimento regional e com o intercâmbio cultural, científico e educacional da região.”

Portanto, pensamos que, dado o contexto de casos de racismos contra a comunidade discente africana em Redenção, este estudo, quando desenvolvido, poderá vir a se configurar, ou se desdobrar, em importantes recursos pedagógicos que poderão vir a contribuir para o debate e, conseqüentemente, a superação de problemáticas que vem impedindo a comunidade redencionista de se adaptar à presença africana na cidade.

4 . REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A discussão em torno da construção do abolicionismo de Redenção se faz quando não temos explícito como se deu esse processo e seus desdobramentos, quais fatores políticos, econômicos e sociais se fizeram presente na região à época. Podemos

perceber que o conhecimento e o reconhecimento desse fato se dá nas entrelinhas dos discursos, como podemos verificar em Abreu (1934):

- “Hossana ao povo heroico que, colocando-se nas primeiras filas da vanguarda do abolicionismo nacional, deu ao País e ao mundo o mais eloquente e o mais expressivo atestado de seu valor, de seu denodo, de sua altivez, demonstrando que o Ceará bem merecia a denominação de *Terra da Luz*, que lhe fora dada por José do Patrocínio por ocasião da libertação do primeiro município brasileiro - o Acarape (actualmente Redenção), cuja as festas ele fôra propositalmente assistir.” (ABREU, 1934, pág. 135)

O texto, referente ao aniversário de 50 anos da abolição da escravatura no Ceará, traz notória referência ao fato ocorrido em Redenção, quando em carta de 7 de Março de 1883, Joaquim Nabuco escreve deslumbrando-se sobre o fato ocorrido na localidade, erroneamente atribuída por ele, de Pacatuba. Para Abreu (1934), Nabuco deveria ter apontado o município de Acarape (Redenção) como portador desse reconhecimento abolicionista.

É perceptível que à época do cinquentenário, Redenção ganha aparece poucas vezes citadas no artigo de Julio Abreu, “A Epopéa do Ceará”, publicado na revista do Instituto do Ceará. Tendo em vista que o destaque maior é dado à corrente abolicionista ocorrida em todo o Ceará, o artigo confirma o reconhecimento geral do Ceará como sendo o pioneiro nessa prática.

“Após a libertação do Acarape (primeiro município livre, em 1º de Janeiro de 83) foram sucessiva e chronologicamente libertados solenemente Pacatuba, S. Francisco, Icó, Baturité, S. João do Principe, Maranguape, Mecejana, Aquiraz, Soure, Fortaleza, Pedra Branca, Pereiro, Viçosa, Canindé, Ibiapina, Varzea Alegre, Pentecoste, S. Matheus, Trahiry, Jaguaribe Mirim, e Brejo Secco (Araripe), em 1883... (ABREU, 1934, p. 145-146).

Assim observando os estudos relacionados até este momento para esta pesquisa, é possível afirmar que, desde as primeiras narrativas sobre o fenômeno da abolição, há certo desentendimento no que diz respeito à identificação do local onde este se processou primeiro. Contudo, concordamos com o autor quando este afirma que a história do abolicionismo do Ceará ainda está para ser escrita (ABREU, 1934).

Alonso (2010) aponta o movimento popular como algo expressivo no fim da escravidão em 1883 no Ceará, tendo José do Patrocínio organizado um banquete em Paris para comemorar tal fato. O que nos levanta a dúvida é que o autor traz a data de 1883 como fim do regime de escravidão no Ceará, entretanto, é sabido que na referida dada se deu, primeiramente, a abolição no município onde hoje se encontra Redenção.

A autora ainda volta a fazer referencia ao Ceará de forma que deixa a entender que se está corroborando com o trecho anterior: “A campanha corria nas grandes cidades, quarteirão por quarteirão, instando moradores a libertar seus escravos, e em viagens de propaganda. Métodos que tinham culminado na abolição da escravidão de facto no Ceará e no Amazonas.” (ALONSO, 2010, p. 66).

Para Castilho e Cowling (2013), o pioneirismo do Ceará se apresentava de forma diferenciada já que, enquanto províncias como Recife e Rio de Janeiro articulavam medidas abolicionistas, como por exemplo, a unificação de sociedades abolicionistas, em 1884 o Ceará já comemorava a libertação total do escravizados.

“Os ganhos políticos no Recife foram ecoados por movimentos abolicionistas por todo o país entre 1883 e 1884. No Rio, formou-se em 1883 a Confederação Abolicionista, que unificou mais de doze sociedades abolicionistas na capital do Império. Seus vínculos com abolicionistas nacionalmente reconhecidos, como José do Patrocínio e André Rebouças, bem como com figuras internacionais como Antonio Maceo, Frederick Douglas e Victor Schoelcher, exibiram a visibilidade da Confederação. Ao mesmo tempo na província do Ceará, um movimento abolicionista implacável emergiu no final da década de 1880, tendo libertado ao final de três anos 28 de 57 municipalidades.” (CASTILHO e COWLING, 2013, p. 171-172).

Assim, é possível observar mais uma vez que a atribuição do pioneirismo abolicionista à província do Ceará acaba por se configurar em grande feito de repercussão nacional. Ainda nesse sentido, os autores enfatizam que, “no início de 1884, enquanto a abolição total no Ceará era celebrada com grandes festas; nas ruas do Rio de Janeiro e por todo o país, a Câmara instituiu o fundo Livro de Ouro.” (CASTILHO e COWLING, 2013, p. 172)

● É importante assinalar que o Instituto do Ceará tem uma grande parcela de importância na produção da historiografia cearense, assim como destacam Gomes e Oliveira (2010), “É importante ressaltar que a história da abolição no Ceará, influenciada pela produção historiográfica do Instituto Histórico e Antropológico local,

constituiu-se a partir de uma memória sobre os abolicionistas, vistos como verdadeiros guias da nacionalidade e protagonistas da liberdade.” (GOMES e OLIVEIRA, 2010, p.45).

Mesmo assim, o Instituto do Ceará apresenta pouca produção referente aos desdobramentos do processo abolicionista de Redenção, sendo possível citar apenas um documentário escrito por João Hipólito C. de Oliveira para o tomo do primeiro centenário da abolição no Ceará em 1984, intitulado “Cronologia da Abolição no Ceará”, cujo texto traz referências à vila de Acarape (Redenção):

“26 de dezembro. Visita o Acarape uma comissão da Libertadora, constituída de João Cordeiro, José do Amaral Frederico Borges, Almino Alfonso, Antônio Martins, José Marrocos, que é recepcionada no salão da Câmara Municipal com discursos do advogado Deocleciano Ribeiro Menezes e do vigário Padre Luís Bezerra da rocha. A comitiva recebe homenagens nas casas de Antônio da Silva Matos (almoço) e do Cap. Francisco Bernardo Vasconcelos, falando Antônio de Matos Forte e o Dr. Teófilo Rufino Bezerra de Menezes. O primeiro orador faz a entrega de uma carta de liberdade.” (OLIVEIRA, 1984, p.156)

“28 de dezembro. Chega a Fortaleza a comissão de Acarape, integrada de Gil Ferreira Gomes de Faria, José Raimundo Maravalho, Henrique Mendes Cavalcante, Antônio Guedes Souto Maior, Antônio da Silva Matos, Ismael Benviado de Vasconcelos, Horácio de Holanda, José Barros Coelho, José Ildfonso e Jacó de Castro e Silva para combinar com os libertadores o programa da libertação de sua terra, que seria a 1.^a a fazê-lo na Província e no País.” (OLIVEIRA, 1984, p.156)

Em outro momento, no artigo escrito por Manuel Albano Amora, denominado “O centenário da abolição em Pacatuba”, o autor menciona em tom laudatório o acontecimento ocorrido na vila do Acarape: “Em 1º de janeiro de 1883, a Vila do Acarape, depois Redenção, libertava festivamente os escravos existentes no seu território. Tornava-se, desse modo, a primeira localidade livre de todo o Império. O Rosal da Liberdade, de Perboyre e Siva.” (AMORA, 1984, p. 44).

● Ainda nesse sentido, para Martins (2014), os intelectuais cearenses expuseram suas considerações, elegeram heróis e anti-heróis, celebraram ações, lembraram em verso e prosa, ou em outras palavras construíram um saber em relação à Abolição que precisa agora ser analisado como fonte de problematização.

Ainda de acordo com Gomes e Oliveira (2010), “Os lugares de memória nascem do sentimento de que não há memória espontânea. Daí a necessidade de acumular

vestígios, testemunhos, documentos sobre o passado, que se tornarão provas e registros daquilo que se foi.” (GOMES e OLIVEIRA, 2010, p.42)

● Em trabalho realizado em 2014, sobre a atuação dos museus enquanto marcos da abolição em Redenção, Medeiros traz a deficiência de documentação e matéria que reforcem a memória local. Sobre essa questão, a autora nos diz que “diante das análises realizadas, podemos notar que há um intervalo dessa narrativa que se contradiz e que pela ausência de documentos materiais vai aos pouco fragmentando essa memória identitária.” (MEDEIROS, 2014, p. 43).

Assim, pensamos que “a ausência de documentos materiais” responsáveis por fragmentar a memória identitária de Redenção reforça, ainda mais, a importância dos estudos realizados pelos intelectuais cearenses vinculados ao Instituto do Ceará. Por mais que eles tenham sido responsáveis pelo enaltecimento da ação e do protagonismo de homens brancos, tidos por excessivamente generosos em suas ações abolicionistas, conforme nos ensinam Gomes e Oliveira (2010), mesmo assim acreditamos ser de importância ímpar pelas possibilidades advindas destes estudos para a preservação do que foi a história vivida, contada e recontada pelo e para o município de Redenção, no Ceará.

Problematizando a abolição ocorrida em Redenção, podemos fazer um resgate dessa memória que um dia foi motivo de exemplo para todo o país, pois de acordo com Bandeira (2012), podemos verificar o descaso com a memória do município e conseqüentemente com o processo histórico que o município viveu e que um dia foi motivo de orgulho para a localidade:

“Os moradores de Redenção, em sua maioria, desconhecem estes
● acontecimentos. A memória apaga-se gradualmente. Nunca ouve-se falar da história da abolição dos escravos de Redenção nem da própria história do Município. A historiografia não preocupou-se em deixar uma construção histórica, para no futuro pudermos analisar os fatos que muitas vezes são distorcidos da realidade.” (BANDEIRA, 2012, p. 4)

Assim podemos afirmar que a memória do município está intimamente ligada com a noção de patrimônio histórico, pois de acordo com Paoli (1992), “A noção de ‘patrimônio histórico’ deveria evocar estas dimensões múltiplas da cultura como imagens de um passado vivo: acontecimentos e coisas que merecem ser preservadas porque são coletivamente significativas em sua diversidade.” (Paoli, 1992, p. 1).

Com isso, defendemos que repensar o processo abolicionista, problematizando-o, não se trata de mero exercício de revisão historiográfica, ou de requestrar temáticas consideradas já exaustivamente analisadas por historiadores renomados deste campo de pesquisa. Antes, acreditamos, conforme nos ensina Paoli (1992), que se trata muito mais situar esse debate no campo dos direitos culturais e, portanto, da cidadania.

5. REFLEXÕES METODOLÓGICAS / ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Esta pesquisa tem o método pautado numa visão de estudo exploratória e descritiva. Segundo Andrade (2006), pesquisas exploratórias são informações obtidas através de fontes bibliográficas com a finalidade de proporcionar maiores informações sobre determinado assunto, definindo objetivos ou formulando hipóteses de uma pesquisa. Já na pesquisa descritiva realiza-se o estudo, a análise, o registro e a interpretação dos fatos do mundo físico sem a interferência do pesquisador (GIL, 2010).

Nesse sentido, pretendemos construir um aprofundamento do conhecimento da temática da pesquisa primeiramente através de revisão bibliográfica sobre os conceitos que cercam o objeto de nossa pesquisa, assim como o modo como que ocorreu o processo de abolição da escravidão pelo viés dos historiadores do tema, de forma com que possamos apresentar como a sociedade se utilize da história do lugar para conceber sua identidade coletiva.

Para isso, buscaremos através de análises em memórias documentais, objetos pessoais de moradores, vídeos, fotos, cartas, dentre outras documentações que remetam à época, assim como afirmam Sá-Silva, Almeida e Guindani, (2009) acerca de análise de documentos: “No entanto, o conceito de documento ultrapassa a ideia de textos escritos e/ou impressos. O documento como fonte de pesquisa pode ser escrito e não escrito, tais como filmes, vídeos, slides, fotografias ou pôsteres.” (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009, p.5).

Pesquisar como o processo de abolição se deu através da análise documental é buscar riquezas de detalhes para o fortalecimento da pesquisa. De acordo com os autores supracitados, a riqueza de informações que podemos retirar dos documentos explica sua utilização nas diversas áreas das ciências humanas, em que é possível entender de forma mais abrangente os objetos que necessitam de uma contextualização histórica e sociocultural. (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009).

Sendo assim, é nos registros históricos nacionais, estaduais e locais que buscamos compreender os discursos dos historiadores, dos intelectuais, de políticos cearenses, dentre outros sujeitos de fala, cujos conteúdos se reportavam sobre o processo abolicionista como formador da identidade social da cidade, procurando comparar com outros pensadores que reivindicam o pioneirismo abolicionista para outros municípios.

O trabalho de investigação que propomos será estruturado em informações obtidas através de uma análise documental em registros históricos do período da abolição da escravatura do Ceará através de publicações do Instituto do Ceará, utilizando para isso o método qualitativo para a obtenção das informações desejadas. Assim, faremos uma abordagem em que se privilegie a clareza das informações, para que se estabeleça uma relação de confiança suficiente para que sejam produzidas informações com qualidade. Portanto, através da interpelação que será realizada junto à documentação local e à historiografia produzida acerca da abolição no município de Redenção através dos discursos dos historiadores cearenses pretendemos compreender a identidade social construída do município.

Para Santos (2000), esse tipo de pesquisa é feita em fontes diversas, tais como: tabelas estatísticas, cartas, pareceres, fotografias, atas, relatórios, obras originais de qualquer natureza (pintura, escultura, desenho, etc.), notas, diários, projetos de lei, ofícios, discursos, mapas, testamentos, inventários, informativos, depoimentos orais e escritos, certidões, correspondência pessoal ou comercial, documentos informativos arquivados em repartições públicas, associações, igrejas, hospitais, sindicatos. Buscando focar nos jornais e em registros do cartório local de compra e venda de escravos, cartas de alforria e etc.

6. MÉTODOS / DESENHO DOS INSTRUMENTAIS DE PESQUISA

A pesquisa se pautará no método explicativo/exploratório, tendo em vista que a pesquisa qualitativa não se faz apenas por meio de entrevistas, mas também através de observações, fotografias, vídeos, como também *chec lists* entre outras possibilidades. (DUARTE, 2004)

É importante ressaltar que optaremos trabalhar com análise documental, tendo em vista a possibilidade de maior abrangência por não se utilizar somente de fontes bibliográficas, sendo possível reunir tudo o que estiver relacionado à produção da

historiografia do município. Desse modo, o conjunto de documentos, será composto por:

a. Periódicos publicados pelo o Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará referentes ao período.

b. Outros escritos: jornais, manuais, anais, atas de reuniões das câmaras municipais, publicações resultantes de seminários e palestras realizadas, relatórios, projetos e etc;

c. Materiais não inscritos que auxiliem no desenvolvimento da pesquisa : fotografias, quadros, vídeos.

7. LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO E OUTRAS FONTES

Em pesquisa realizada sobre o estado da arte dessa questão foram identificadas como principais referências teóricas sobre o estudo da abolição da escravatura no Brasil, os estudos de Emília Viotte da Costa, em especial o livro intitulado “A Abolição”, publicado em 1982, em que a autora aborda os métodos de luta pela abolição da escravidão no Brasil e denuncia a figura da abolição como ato benevolente da então princesa regente, Isabel em 1888 e não como imposição de um sistema de produção. A autora traz relatos em seu livro sobre períodos, atores e problemáticas suscitadas a partir do processo abolicionista que foi responsável por retirar dos brancos o peso da escravidão que sempre foi carregado pelos negros e os abandona à sua própria sorte, privando-os de direitos civis.

Contudo, cabe destacar que antes, em 1883, há a publicação do libelo “O Abolicionismo” cuja autoria é do político e diplomata brasileiro Joaquim Nabuco. Além de fazer uma intervenção visando a defesa do processo de abolição gradual no Brasil, o autor também defende um vasto programa de reformas sociais para o país no contexto escravista e pós-escravista. Nesta obra, Nabuco tece críticas às estruturas e às instituições escravistas no Brasil, num período em que eclodia o capitalismo e se começavam a reformular as relações, as ideias, as instituições e as próprias classes sociais.

Na Biblioteca Nacional, é possível encontrar uma vasta variedade de estudos sobre o assunto aqui pautado. Com mais de 200 anos de atuação e possuindo um acervo de mais de 9 milhões de itens, a Biblioteca Nacional conta com artigos assinados por estudiosos como Arthur Ramos, Mario de Andrade, José do Patrocínio, dentre outros

que retrataram como ocorreu o processo abolicionista no Brasil e como a causa abolicionista se fez presente no processo histórico de formação recente do país.

No Ceará, um material que é considerado por muitos estudiosos como referência fundamental para os estudos sobre a abolição no Ceará é a edição comemorativa do centenário da abolição publicada pelo Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará em 1984, em que se encontram os seguintes artigos, assinados pelos respectivos estudiosos: “Abolição - Um ato de fé” (Tácito Theóphilo G. de Oliveira); “A Declaração” (Raimundo Girão); “O Centenário da Abolição em Pacatuba” (Manuel Albano Moura); “A Escravidão do Ceará na primeira metade do Século XIX” (Pedro Alberto de Oliveira); “Elementos para o estudo da Escravidão no Ceará” (Guarino Alves); “O Abolicionista Studart” (Raimundo Girão); “O Rio Grande do Sul e a Abolição dos Escravos no Ceará” (F. Riopardense de Macedo); “A Abolição dos Escravos e a Igreja do Ceará” (Fernando Câmara); “A Extinção da Escravatura na Província do Ceará” (J. Marcelo Alcântara Pinto) e “Félix de Souza, o antiescravista esquecido” (Eduardo Campos).

Estes autores procuram nos artigos traçar um panorama da abolição no Ceará, trazendo elementos para referenciar todo o processo ocorrido e recorrendo à biografia de importantes personagens políticos do Ceará; à atuação dos movimentos abolicionistas; aos aspectos sociais, econômicos e climáticos da província; ao papel da igreja nesse processo; enfim, em diálogo com os mais diferentes elementos a fim de reafirmar o pioneirismo do Ceará no trajeto abolicionista.

Além de este acervo contar com os 10 artigos acima mencionados, ainda possui 5 documentários e 11 arquivos entre notas e transcrições.

Assim como a Revista em Comemoração ao Centenário da Abolição no Ceará, editado pelo Instituto do Ceará, também é importante assinalar a relevância da obra “A Abolição no Ceará” de autoria de um dos associados do Instituto e que também é um dos assinantes dos artigos da coletânea supracitada. Raimundo Girão, em “A Abolição no Ceará”, hoje já considerada uma obra clássica da historiografia do Ceará, apresenta um estudo minucioso sobre o abolicionismo e o movimento abolicionista no Ceará. Editado em quatro oportunidades, esse estudo mostra com sólida documentação e coerente análise as razões pelas quais o Ceará se tornou a primeira província a abolir a escravidão no início da década de 1880, antes mesmo da assinatura da Lei Áurea em 1888.

Autor da conhecida tese de que a abolição aqui ocorreu mais cedo pela pouca presença da mão-de-obra africana, devido a falta de “vocaçãõ” natural, em decorrência dos aspectos climáticos, sobretudo, Girão defende a ideia de que a abolição nada mais foi do que o resultado da pouca expressividade, da pouca importância e, conseqüentemente, da pouca presença, ou da quase ausência, de negros no Ceará desde os primórdios da colonização, tendo esse padrão se perpetuado por todos os chamados ciclos econômicos que existiram aqui, ou seja, desde as fazendas de criar gado até a criação das fazendas de algodão (GIRÃO, 1984).

Sendo assim, por ter sido “naturalmente” vocacionado para a pecuária extensiva e para o plantio do algodão, o Ceará sempre foi marcado pela presença de trabalhadores livres, que, segundo a interpretação de Girão, não correspondia às populações negras; mas, sim, às populações mestiças de portugueses brancos com indígenas trigueiros (GIRÃO, 1984).

Essa tese levou algum tempo até começar a ser questionada e o principal historiador a fazê-lo foi o professor Eurípedes Antônio Funes que, em seu artigo “Negros no Ceará” (FUNES, 2007), defende convictamente, porque baseado em farta documentação, que estabelecer a correspondência automática entre “trabalhadores livres” e “populações mestiças ‘caboclas’” é evidência de uma completa má interpretação histórica; pois, o Ceará sempre foi receptáculo de populações alforriadas, oriundas das grandes províncias escravagistas do Norte, a exemplo de Pernambuco e da Bahia.

Uma vez conseguindo se alforriar, boa parte destas populações se dirigia para áreas distantes onde o sistema escravista não havia sido implantado com tanta força – e o Ceará, por suas particularidades climáticas e econômicas, era uma dessas regiões. Assim, desde há muito tempo que o Ceará recebeu populações negras libertas de origem africana para serem empregadas como mão de obra livre tanto nas fazendas de criar quanto nos plantéis de algodão (FUNES, 2007).

Outra obra que merece destaque é a do pesquisador afro americano Thsombe L. Miles, publicada em 2011. Intitulada “A luta contra a escravatura e o racismo no Ceará”, esta obra é fruto da tese de doutorado de Miles, onde o autor indica uma série de contrapontos à escravidão e ao racismo opressor herdado do regime escravagista. Analisando e documentando as diversas percepções que as elites locais, bem como a população em geral da província tinham sobre a escravidão e o racismo, Miles tanto aborda como os movimentos abolicionistas lidaram com essa questão na época; quanto

apresenta as diversas perspectivas historiográficas que trataram sobre o fim da escravidão no Ceará.

Enfim, foram a partir destas obras que fomos delineando e desenhando nosso objeto de pesquisa, ao mesmo tempo em que pudemos nos aprofundar criticamente, a partir do ponto de vista da historiografia, sobre o processo abolicionista no Ceará.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Julio. A Epopéia do Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza: Secretaria de Cultura e do Desporto, 1934.

AMORA, Manuel Albano. O Centenário da Abolição em Pacatuba. **Revista do Instituto Histórico do Ceará**. TOMO ESPECIAL 1984, 1°. CENTENÁRIO DA ABOLIÇÃO DOS ESCRAVOS NO CEARÁ. Fortaleza: Secretaria de Cultura e do Desporto, 1984.

ANDRADE, M. M. D. **Introdução à metodologia de trabalho científico**: elaboração de trabalhos na graduação. São Paulo: Atlas, 2010.

ANGELA, Alonso. O Abolicionista Cosmopolita - Joaquim Nabuco e a rede abolicionista transnacional. **Revista Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo, n. 88, p. 55 – 70, 2010.

BANDEIRA, Maria José. Direitos Culturais: a preservação da memória da abolição dos escravos em Redenção. In: **I Encontro Internacional de Direitos Culturais**. Fortaleza, 2012.

Baptista, M. T. D. S. O Estudo de Identidades Individuais e Coletivas na Constituição da História da Psicologia. **Memorandum**. Belo Horizonte: UFMG; Ribeirão Preto: USP, N. 2, 2002, p. 31-38.

BARBOSA, Fabyany Glaura Alencar e. **A abolição da escravidão e modos de pensar e de representar a experiência passada: livros didáticos (1865 – 1918)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Brasília: UNB, 2012.

BARROS, J. D'A. Memória e História: uma discussão conceitual. **Revista Tempos Históricos**. Dossiê: História, Cinema e Música. Paraná, v.15, N. 01. Ano XIII. 1º semestre de 2011, p. 369-400.

BATISTA, Cláudio Magalhães. Memória e Identidade: Aspectos relevantes para o desenvolvimento do turismo cultural. **Caderno Virtual de Turismo**. Vol. 5, Nº 3 (2005)

BIBLIOTECA NACIONAL. Para uma história do negro no Brasil. **Catálogo da exposição realizada na Biblioteca Nacional de 9 de maio a 30 de junho de 1988**. Rio de Janeiro, Vol.1, p.7 – 49, 1988.

CASTILHO, Celso, COWLING, Camillia. Bancando a liberdade, popularizando a política: Abolicionismo e fundos locais em emancipação na década de 1880 no Brasil. **Revista Afro-Ásia**, n. 47, p. 161-197, 2013.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COSTA, Emília Viotti. **A abolição**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

CUNHA, Manoela Carneiro da. Sobre os Silêncios da Lei: lei costumeira e positiva nas alforrias de escravos no Brasil no século XIX. IN: **Cultura com Aspas e Outros Ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

DUARTE, Rosália. Entrevista em pesquisas qualitativas. **Revista Educar**. Curitiba, n. 24, p. 213-225, 2004.

FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. São Paulo: Globo, 2008.

FUNES, Eurípedes Antônio. Negros no Ceará. IN: SOUZA, Simone de. **Uma Nova História do Ceará**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2007, p. 103 – 132.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

GIRÃO, Raimundo. **A Abolição no Ceará**. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1984.

GOMES, Alexandre Oliveira e OLIVEIRA, Ana Amélia Rodrigues de. A construção social da memória e o processo de ressignificação dos objetos no espaço museológico. **Revista Museologia e Patrimônio**. Rio de Janeiro, v.3, n.2, p. 42 – 55, jul/dez de 2010.

GONÇALVES, Francielle Sthefane Bruschi Cordeiro. **HISTÓRIA, MEMÓRIA HISTÓRICA E A CONTRIBUIÇÃO DA CULTURA MIDIÁTICA**. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada11/artigos/1/artigo_simposio_1_15_franciellecordeiro15@hotmail.com.pdf

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil**. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: UFMG; IUPERJ, 2005.

JUNIOR, Ronaldo Sales. O nascimento da nação: Estado, modernização nacional e relações étnico-raciais entre o Império e o início da República. **Revista de Ciências Sociais UNISINOS**. Rio Grande do Sul, Vol. 44, nº 2, p. 119 – 129, mai/ago 2008.

LARA, Sílvia Hunold. Escravidão, Cidadania e História do Trabalho no Brasil. **Projeto História**. São Paulo, nº. 16, p. 25 – 38, fev. 1998.

MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. **A escravidão no Brasil: ensaio histórico, jurídico, social**. Petrópolis: Vozes. 1976.

MARTINS, Paulo Henrique de Souza. PROCESSO DE ABOLIÇÃO NO CEARÁ: HISTÓRIA, MEMÓRIAS E ENSINO. **Revista Historiar**. Ceará, Vol. 06, N. 11, p. 06-25, 2014.

MEDEIROS, Antonia Ellen Jardani de Souza. **Os museus enquanto marcos da abolição**: História e Memória usadas como instrumentos pedagógicos. Trabalho de Conclusão de Curso. Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB). Redenção/Ceará, 2014.

MONTEIRO, Patrícia Fontes Cavalieri. Discussão acerca da eficácia da Lei Áurea. **Meritum**. Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 355-387, jan./jun. 2012.

MONTENEGRO, João Alfredo et alli. **Abolição da Escravatura no Ceará: uma abordagem crítica**. Fortaleza: NUDOC/UFC, 1988.

MILES, Thsombe L. **A luta contra a escravatura e o racismo no Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2011.

NABUCO, Joaquim. **O Abolicionismo**. São Paulo: Globus, 2011.

OLIVEIRA, José Pacheco de e FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **A Presença Indígena na Formação do Brasil**. Brasília: MEC; SECA; LACED/Museu Nacional, 2006.

OLIVEIRA, João Hipólito C. de. Cronologia da Abolição no Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**. TOMO ESPECIAL 1984, 1º CENTENÁRIO DA ABOLIÇÃO DOS ESCRAVOS NO CEARÁ. Fortaleza: Secretaria de Cultura e do Desporto, 1984.

OLIVEIRA, Pedro Alberto de. A escravidão no Ceará na primeira metade do século XIX. **Revista do Instituto Histórico do Ceará**. TOMO ESPECIAL 1984, 1º CENTENÁRIO DA ABOLIÇÃO DOS ESCRAVOS NO CEARÁ. Fortaleza: Secretaria de Cultura e do Desporto, 1984.

OLIVEIRA, Maria Vânia Leite de. **Museu Histórico e memorial da Liberdade**. Trabalho de Conclusão de Curso. Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB). Redenção/Ceará, 2014.

PACHECO, Celia Maria de Freitas. **ORIGENS E TRANSFORMAÇÕES DA ESCRAVIDÃO NA ÁFRICA: COMO O NEGRO FOI TRANSFORMADO EM SINÔMIMO DE ESCRAVO**. Curitiba, 2008. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1399-6.pdf>

PAOLI, Maria Célia. Memória, história e cidadania: o direito ao passado. IN: **O direito à memória**: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: DPH, 1992, p. 25-28.

REIS, João José. **Rebelião Escrava no Brasil – a história do levante dos Malês em 1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. **O Alufá Rufino – tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico Negro (1822 – 1853)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

REIS, João José e SILVA, Eduardo. **Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro, a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTOS, Antonio Raimundo dos. **Metodologia Científica: a construção do conhecimento**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA (UNILAB). **Missão**. Redenção: UNILAB, 2011. Disponível em: <http://www.unilab.edu.br/missao-2/>. Último acesso em: 16/12/2017.

.